

Destaques da sessão plenária de 15 a 18 de dezembro de 2014, Estrasburgo

Programa de trabalho da Comissão para 2015

O presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, e o vice-presidente Frans Timmermans vão apresentar e debater com os eurodeputados o programa de trabalho do executivo comunitário para 2015. Este programa define as propostas legislativas e outras iniciativas que a Comissão vai apresentar no próximo ano para pôr em prática as suas prioridades políticas e as propostas da Comissão Barroso que pretende retirar para uma melhor regulação e simplificação. O debate realiza-se na terça-feira, às 15 horas.

5

Orçamento da UE para 2015 e orçamentos rectificativos para 2014

O Parlamento Europeu vai votar o orçamento da UE para 2015, que inclui mais verbas para o programa de investigação e inovação Horizonte 2020, para o programa de intercâmbio de estudantes Erasmus+ e para a política externa, entre outras áreas. Os deputados vão também votar um orçamento rectificativo para este ano para assegurar o pagamento de faturas pendentes a empresas, autoridades locais e outros beneficiários dos fundos europeus. O debate realiza-se na terça-feira e a votação no dia seguinte.

6

Reconhecimento do Estado da Palestina

O Parlamento Europeu vai votar na quarta-feira uma resolução sobre o reconhecimento do Estado palestiniano. Em anteriores resoluções, o PE afirmou que "o direito inalienável dos palestinianos à autodeterminação e a terem o seu próprio Estado é inquestionável, como o é o direito de Israel a existir dentro de fronteiras seguras". O PE apoiou a solução "dois Estados", com base nas fronteiras de 1967 e com Jerusalém como capital, com Israel e um Estado da Palestina independente e democrático.

8

Debate sobre o uso de tortura pela CIA e o papel dos países europeus

As revelações feitas no relatório do Senado norte-americano sobre o recurso da CIA à tortura e a outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes no rescaldo dos atentados de 11 de setembro e a cumplicidade de países europeus vão ser debatidas com a Comissão e o Conselho na quarta-feira, às 15 horas. Em 2006, o PE criou uma comissão temporária, presidida por Carlos Coelho e integrada por Ana Gomes, que investigou as atividades da CIA em países europeus e as violações dos direitos humanos.

10

Estratégia de Segurança Interna da UE para 2015-2019

Os combatentes de origem europeia que se juntam a organizações terroristas e que regressam à Europa, o branqueamento de capitais, a corrupção, a criminalidade organizada, o tráfico de seres humanos e a cibercriminalidade devem ser áreas prioritárias na nova Estratégia de Segurança Interna da UE para 2015-2019, diz a comissão parlamentar das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos numa resolução que vai ser debatida em plenário na terça-feira e votada no dia seguinte.

12

Política da UE em relação à migração

O Parlamento Europeu vai votar uma resolução sobre a situação no Mediterrâneo e a necessidade de uma abordagem holística da UE em relação à migração. O reforço da solidariedade e a partilha de responsabilidades entre os Estados-Membros, o cumprimento das obrigações em matéria de busca e salvamento, vias seguras e legais para os requerentes de asilo entrarem na UE, uma melhor cooperação com países terceiros e o combate aos passadotes e traficantes são alguns dos assuntos abordados no documento.

13

Debate sobre o sistema de governação económica

Na terça-feira, às 9 horas, os eurodeputados vão debater com a Comissão a eficácia do sistema de governação económica e de supervisão dos orçamentos nacionais instituído pelos pacotes legislativos conhecidos por «six-pack» e «two-pack». Em 28 de novembro, a Comissão apresentou uma Comunicação sobre a aplicação destas regras, na qual revela alguns pontos fortes e aspetos que requerem melhorias, como no que respeita ao seu impacto no crescimento, nos desequilíbrios e na convergência.

14

União bancária: PE vota membros do Comité Único de Resolução

O Parlamento Europeu vai decidir na terça-feira se aprova ou não seis candidatos ao Comité Único de Resolução, autoridade que vai preparar e supervisionar a resolução dos bancos em colapso. A candidata a presidente é a alemã Elke König e o candidato a vice-presidente o finlandês Timo Löyttyniemi. Os restantes candidatos a membros são o italiano Mauro Grande, o espanhol Antonio Carrascosa, a holandesa Joanne Kellermann e o francês Dominique Laboureix.

15

Debate sobre o Conselho Europeu de 18 e 19 de dezembro

Na quarta-feira, às 9 horas, os eurodeputados vão debater com a Comissão e o Conselho os assuntos na agenda da cimeira europeia de 18 e 19 de dezembro. O pacote de investimento de 315 mil milhões de euros apresentado por Jean-Claude Juncker, a política externa e as medidas tomadas pela UE para dar resposta à crise do Ébola vão ser alguns dos temas em análise. Esta será a primeira cimeira dos chefes de Estado e de governo a ser presidida por Donald Tusk, que iniciou funções no dia 1 de dezembro.

16

Eleição do Provedor de Justiça Europeu

Na terça-feira, os eurodeputados vão eleger o Provedor de Justiça Europeu, cuja função é investigar as queixas de cidadãos, empresas, ONG e outras organizações sobre casos de má administração nas instituições e órgãos da UE. A atual Provedora de Justiça, a irlandesa Emily O'Reilly, é a única candidata ao cargo. Em 2013, foram registadas 2.420 queixas e foram auxiliados 23.245 cidadãos.

17

Fundo de Solidariedade da UE

O Parlamento Europeu vai votar na quarta-feira um relatório do eurodeputado português José Manuel Fernandes que autoriza a mobilização de 79.726.440 euros do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) para ajudar as populações afetadas pelas inundações na Sérvia, na Croácia e na Bulgária em maio e junho deste ano. O FSUE permite à União apoiar financeiramente um Estado-Membro, um país candidato à adesão ou uma região em caso de catástrofes naturais de grandes proporções.

18

Acordo de Associação UE - Geórgia

O Parlamento Europeu vai debater e votar o Acordo de Associação entre a UE e a Geórgia, que visa aprofundar as relações comerciais, económicas e políticas entre as partes e que segue o modelo dos acordos já celebrados com a Ucrânia e a Moldávia. A recomendação sobre a aprovação do acordo vai ser acompanhada por uma resolução da comissão parlamentar dos Assuntos Externos que solicita à Rússia que ponha termo à ocupação das regiões georgianas da Abcásia e de Tskhinvali/Ossétia do Sul.

19

Entrega do prémio de cinema Lux 2014

O presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, vai anunciar o vencedor do prémio de cinema Lux 2014 numa cerimónia que se realiza no hemicírculo de Estrasburgo na quarta-feira, a partir das 11h50. Os três filmes finalistas são "O Inimigo da Classe", de Rok Biček (Eslovénia), "Raparigas", de Céline Sciamma (França), e "Ida", de Paweł Pawlikowski (Polónia/Dinamarca). O objetivo do prémio Lux é promover os filmes europeus que contribuam para fomentar a identidade e diversidade cultural europeias.

20

<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/agenda/briefing/2014-12-15>

Mais informação

[Agenda da sessão plenária](#)

[Pode assistir em direto à sessão plenária através do EP Live](#)

[Conferências de imprensa e outros eventos](#)

[EuroparITV](#)

[Material Audiovisual](#)

[EP Newshub](#)

Contactos

Isabel Teixeira NADKARNI

Serviço de Imprensa

☎ (+32) 2 28 32198 (BXL)

☎ (+33) 3 881 76758 (STR)

📱 (+32) 498 98 33 36

✉ imprensa-PT@europarl.europa.eu

Programa de trabalho da Comissão para 2015

O presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, e o vice-presidente Frans Timmermans vão apresentar e debater com os eurodeputados o programa de trabalho do executivo comunitário para 2015. Este programa define as propostas legislativas e outras iniciativas que a Comissão vai apresentar no próximo ano para pôr em prática as suas prioridades políticas e as propostas da Comissão Barroso que pretende retirar para uma melhor regulação e simplificação. O debate realiza-se na terça-feira, às 15 horas.

O programa de trabalho da Comissão para 2015 vai ser aprovado pelo colégio de comissários na terça-feira de manhã e debatido com os eurodeputados a partir das 15 horas.

O Parlamento Europeu participa, juntamente com a Comissão e o Conselho, na definição da programação legislativa da UE. O programa de trabalho é acompanhado por uma lista de propostas legislativas e não legislativas para o ano seguinte. O documento inclui igualmente as iniciativas de retirada de propostas e de simplificação.

Segundo o Tratado sobre o Funcionamento da UE, enquanto o Conselho não tiver deliberado, a Comissão pode alterar a sua proposta em qualquer fase dos procedimentos para a adoção de um ato da União (artigo 293, n.º2).

Os presidentes das comissões parlamentares reuniram-se no dia 2 de dezembro com os comissários europeus para discutir as respetivas prioridades para o próximo ano.

Debate: 16/12/2014

Mais informação

[Orientações políticas para a Comissão Europeia apresentadas por Juncker no Parlamento Europeu no dia 15 de julho de 2014](#)

[Artigo 37 do Regimento do Parlamento Europeu: Programa de trabalho da Comissão](#)

Orçamento da UE para 2015 e orçamentos retificativos para 2014

O Parlamento Europeu vai votar o orçamento da UE para 2015, que inclui mais verbas para o programa de investigação e inovação Horizonte 2020, para o programa de intercâmbio de estudantes Erasmus+ e para a política externa, entre outras áreas. Os deputados vão também votar um orçamento retificativo para este ano para assegurar o pagamento de faturas pendentes a empresas, autoridades locais e outros beneficiários dos fundos europeus. O debate realiza-se na terça-feira e a votação no dia seguinte.

O acordo alcançado no dia 8 de dezembro entre os negociadores do Parlamento Europeu e do Conselho tem ainda de ser aprovado pela comissão parlamentar dos Orçamentos na segunda-feira à noite, em Estrasburgo. A votação em plenário está agendada para quarta-feira, 17 de dezembro.

Segundo o eurodeputado português José Manuel Fernandes (PPE), que integrou a equipa de negociadores do Parlamento Europeu, o acordo "melhora significativamente a posição inicial do Conselho e impede o colapso" do orçamento da UE, que é um "instrumento para promover o crescimento e o emprego".

O orçamento da UE para 2015 será de 145,3 mil milhões de euros em dotações de autorização e 141,2 mil milhões de euros em dotações de pagamento.

Os eurodeputados asseguraram mais 45 milhões de euros para o programa-quadro de investigação e inovação Horizonte 2020 (incluído na pasta do comissário europeu Carlos Moedas) e mais 16 milhões para o programa de intercâmbio de estudantes Erasmus+, em comparação com os valores propostos pela Comissão.

O orçamento para a política externa teve um aumento de 32 milhões de euros. As verbas para as agências responsáveis pela supervisão financeira e pela gestão das fronteiras (Frontex) também foram reforçadas.

Pagamento das faturas pendentes em 2014

A prioridade do Parlamento Europeu durante as negociações com o Conselho foi garantir o pagamento das faturas por pagar a empresas, autoridades locais e outros beneficiários dos fundos europeus. Os eurodeputados conseguiram assegurar quatro mil milhões de euros adicionais para o pagamento de faturas pendentes em 2014 através de um orçamento

retificativo.

Os parlamentares também conseguiram que as instituições europeias se comprometessem a elaborar um plano para que o valor das faturas pendentes desça para níveis sustentáveis até 2016.

94% do orçamento da UE é utilizado nos Estados-Membros e apenas 6% é destinado à administração europeia.

Debate: 16/12/2014

Votação: 17/12/2014

Processo: orçamental

Relatores: Eider Gardiazábal Rubial (S&D, ES) e Monika Hohlmeier (PPE, DE), sobre o orçamento da UE para 2015, e Gérard Deprez (ALDE, BE), sobre os orçamentos retificativos para 2014

Reconhecimento do Estado da Palestina

O Parlamento Europeu vai votar na quarta-feira uma resolução sobre o reconhecimento do Estado palestino. Em anteriores resoluções, o PE afirmou que "o direito inalienável dos palestinianos à autodeterminação e a terem o seu próprio Estado é inquestionável, como o é o direito de Israel a existir dentro de fronteiras seguras". O PE apoiou a solução "dois Estados", com base nas fronteiras de 1967 e com Jerusalém como capital, com Israel e um Estado da Palestina independente e democrático.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate de 26 de novembro

Marisa Matias (CEUE/EVN): "Sra. Mogherini, quero antes de mais agradecer-lhe a sua presença aqui e a proposta que faz. Uma proposta para ser percebida tem que ser clara e simples, e a sua foi muito clara e foi muito simples: um sistema de dois Estados, fronteiras de 1967 e com Jerusalém como capital. Não é nenhuma inovação, é a proposta das Nações Unidas, e andamos a discutir há muito tempo, mas quero agradecer-lhe essa sua proposta.

De todas as formas, o reconhecimento de um Estado implica ter que ter outros elementos, desde logo acabar com a ocupação. A União Europeia não reconhece os territórios ocupados, tem que verdadeiramente não reconhecê-los, e não continuar a agir como se eles não existissem. Implica além disso a autodeterminação, implica lutar para que não se vendam armas ao Estado opressor. É preciso trabalhar em todas as dimensões. Eu aplaudo a sua iniciativa, Sra. Mogherini, mas digo-lhe, sem paternalismos: Continua a lutar por isso. Porque senão é como diria o poeta: a verdade tem duas caras e a neve afinal é preta".

Miguel Viegas (CEUE/EVN): "O reconhecimento do Estado palestino representa um ato elementar de justiça face ao que tem sido o martírio de longas décadas sofrido por parte do povo palestino. Reconhecer o Estado palestino, de acordo com as resoluções da ONU, com base nas fronteiras de 1967 e com capital em Jerusalém oriental, é a melhor forma de relançar as negociações de paz. A solução dois Estados deve ser apoiada e concretizada. Muitas personalidades da sociedade israelita partilham este ponto de vista.

A União Europeia é um dos principais doadores para aquela região, deve usar todo o seu peso político e económico para pôr fim à agressão israelita e contribuir para que todos os Estados-Membros que ainda não o fizeram reconheçam o Estado palestino em nome dos mais elementares direitos humanos das populações".

Ana Gomes (S&D), por escrito: "O reconhecimento do Estado da Palestina é um passo há muito devido e que urge para quebrar o impasse no processo de paz. O PE deve respaldar a

Suécia e parlamentos nacionais que avançaram nesse sentido. Pelos palestinianos, mas também pelos israelitas. Em Israel hoje cada vez mais se cava, perigosamente, a contradição entre Estado Judaico e Estado democrático. O reconhecimento formal tem de ser acompanhado por um esforço europeu de apoio ao funcionamento de um Estado na Palestina, capaz de fornecer segurança à região, incluindo a Israel. A UE tem de fazer sentir a Israel que não tolera mais a política de opressão e ocupação a que está sujeito, desde 1967, o povo palestiniano – política que faz o jogo de forças extremistas, como o Hamas. O Acordo de Parceria UE-Israel deve ser suspenso enquanto se mantiver a ocupação ilegal. Sem o fim da ocupação, a Palestina não será terra segura – para palestinianos e para israelitas. A União Europeia deve contrariar a retórica reacionária do governo de Benjamin Netanyahu. É preciso que o povo israelita compreenda que o preço da sua segurança e da paz passa pela autoridade de um Estado viável, democrático e independente na Palestina".

Debate: 26/11/2014

Votação: 17/12/2014

Processo: resolução

Mais informação

[Vídeo do debate em plenário - 26 de novembro de 2014](#)

Debate sobre o uso de tortura pela CIA e o papel dos países europeus

As revelações feitas no relatório do Senado norte-americano sobre o recurso da CIA à tortura e a outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes no rescaldo dos atentados de 11 de setembro e a cumplicidade de países europeus vão ser debatidas com a Comissão e o Conselho na quarta-feira, às 15 horas. Em 2006, o PE criou uma comissão temporária, presidida por Carlos Coelho e integrada por Ana Gomes, que investigou as atividades da CIA em países europeus e as violações dos direitos humanos.

O Parlamento Europeu vai votar uma resolução sobre as revelações feitas no relatório do Senado norte-americano na próxima sessão plenária de fevereiro.

No relatório final da comissão temporária sobre as atividades da CIA, aprovado em 14 de fevereiro de 2007, o Parlamento Europeu lamentou que os países europeus "tenham descurado o controlo que lhes incumbe exercer sobre o respetivo espaço aéreo e aeroportos ao fechar os olhos ou admitir voos explorados pela CIA, que, em certas ocasiões, foram utilizados no contexto do programa de entregas extraordinárias ou do transporte ilegal de detidos".

O programa da CIA "na maioria dos casos implica uma detenção em situação de incomunicabilidade e tortura", afirma o relatório do PE, com base nas declarações prestadas por algumas das vítimas ou pelos seus advogados durante os trabalhos da comissão temporária.

O clima de impunidade em relação aos programas da CIA permitiu que as violações dos direitos fundamentais continuassem a ser perpetradas, tal como demonstrado pelos programas de vigilância em massa da Agência Nacional de Segurança dos EUA e de vários países da UE, disse o Parlamento Europeu numa outra resolução sobre a CIA aprovada em outubro de 2013 ([comunicado de imprensa](#)).

Debate: 17/12/2014

Votação: fevereiro de 2015

Mais informação

[Comunicado de imprensa - Parlamento Europeu aprovou relatório final sobre a CIA \(14/02/2007\)](#)

[Comunicado de imprensa - Voos e prisões secretas da CIA na Europa: impunidade tem de acabar, diz Parlamento Europeu \(10/10/2013\)](#)

[Resolução do Parlamento Europeu, de 14 de fevereiro de 2007, sobre a alegada utilização de países europeus pela CIA para o transporte e a detenção ilegal de prisioneiros](#)

[Resolução do Parlamento Europeu, de 11 de setembro de 2012, sobre as alegações de transporte e detenção ilegal de prisioneiros em países europeus pela CIA: acompanhamento do relatório da Comissão TDIP do PE](#)

[Resolução do Parlamento Europeu, de 10 de outubro de 2013, sobre as alegações de transporte e detenção ilegal de prisioneiros em países europeus pela CIA](#)

[Relatório divulgado pelo Senado norte-americano](#)

Estratégia de Segurança Interna da UE para 2015-2019

Os combatentes de origem europeia que se juntam a organizações terroristas e que regressam à Europa, o branqueamento de capitais, a corrupção, a criminalidade organizada, o tráfico de seres humanos e a cibercriminalidade devem ser áreas prioritárias na nova Estratégia de Segurança Interna da UE para 2015-2019, diz a comissão parlamentar das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos numa resolução que vai ser debatida em plenário na terça-feira e votada no dia seguinte.

Esta resolução é o contributo do Parlamento Europeu para a Estratégia de Segurança Interna da UE para 2015-2019, que está a ser elaborada pela Comissão Europeia.

Debate: 16/12/2014

Votação: 17/12/2014

Processo: perguntas orais e resolução

Mais informação

[Pergunta oral ao Conselho - Renovação da Estratégia de Segurança Interna da UE](#)

[Pergunta oral à Comissão - Renovação da Estratégia de Segurança Interna da UE](#)

Política da UE em relação à migração

O Parlamento Europeu vai votar uma resolução sobre a situação no Mediterrâneo e a necessidade de uma abordagem holística da UE em relação à migração. O reforço da solidariedade e a partilha de responsabilidades entre os Estados-Membros, o cumprimento das obrigações em matéria de busca e salvamento, vias seguras e legais para os requerentes de asilo entrarem na UE, uma melhor cooperação com países terceiros e o combate aos passadores e traficantes são alguns dos assuntos abordados no documento.

Calcula-se que cerca de 22 mil migrantes tenham morrido no Mediterrâneo ao longo dos últimos 26 anos.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate de 25 de novembro

Carlos Coelho (PPE): "Quase todos os oradores falaram do Papa e da expressão de que o Mediterrâneo não pode ser um cemitério. Para evitar isso, seriamente, há muito a fazer, mas há algo que temos que fazer já: definir como prioridade salvar vidas. No mandato anterior, aprovámos um regulamento que define essa prioridade para as missões da Frontex. Este Parlamento esteve bem, o Conselho foi relutante mas acabou por ceder. Para levarmos isto a sério, e não sermos hipócritas, temos de fazer duas coisas: primeiro, implementar bem esse regulamento e, em segundo, alargar essa prioridade para as missões que são da responsabilidade dos Estados-Membros".

Debate: 25/11/2014

Votação: 17/12/2014

Processo: resolução

Mais informação

[Vídeo do debate em plenário - 25 de novembro de 2014](#)

Debate sobre o sistema de governação económica

Na terça-feira, às 9 horas, os eurodeputados vão debater com a Comissão a eficácia do sistema de governação económica e de supervisão dos orçamentos nacionais instituído pelos pacotes legislativos conhecidos por «six-pack» e «two-pack». Em 28 de novembro, a Comissão apresentou uma Comunicação sobre a aplicação destas regras, na qual revela alguns pontos fortes e aspetos que requerem melhorias, como no que respeita ao seu impacto no crescimento, nos desequilíbrios e na convergência.

"A capacidade de extrair conclusões quanto à eficácia da regulamentação é limitada pela curta experiência com a sua aplicação, uma vez que o «six-pack» entrou em vigor no final de 2011 e o «two-pack» apenas em meados de 2013. Não só se trata de um curto período de tempo, como foi também um período caracterizado por uma grave crise económica. Tal significa que as regras continuam por testar numa conjuntura económica normal", afirma a Comissão Europeia numa Comunicação publicada no dia 28 de novembro.

"Com efeito, a eficiência do sistema depende, em larga medida, do bom funcionamento da sua vertente preventiva, o que é precisamente o que continua ainda por demonstrar numa melhor conjuntura económica", acrescenta.

Segundo o executivo comunitário, esta análise "revelou alguns pontos fortes, bem como eventuais aspetos que requerem melhorias, designadamente, no que respeita à transparência e à complexidade do processo decisório e ao seu impacto no crescimento, nos desequilíbrios e na convergência".

A Comissão prevê debater estas questões com o Parlamento Europeu e o Conselho nos próximos meses.

Debate: 16/12/2014

Mais informação

[Comunicação da Comissão - Análise da governação económica \(28/11/2014\)](#)

[Comunicado de imprensa sobre o "six-pack" - Parlamento Europeu aprova novas regras para a governação económica na UE \(28/09/2011\)](#)

[Comunicado de imprensa sobre o "two-pack" - Parlamento Europeu aprova reforço da supervisão dos orçamentos nacionais \(12/03/2013\)](#)

União bancária: PE vota membros do Comité Único de Resolução

O Parlamento Europeu vai decidir na terça-feira se aprova ou não seis candidatos ao Comité Único de Resolução, autoridade que vai preparar e supervisionar a resolução dos bancos em colapso. A candidata a presidente é a alemã Elke König e o candidato a vice-presidente o finlandês Timo Löyttyniemi. Os restantes candidatos a membros são o italiano Mauro Grande, o espanhol Antonio Carrascosa, a holandesa Joanne Kellermann e o francês Dominique Laboureix.

O mecanismo único de resolução dos bancos, do qual foi relatora a eurodeputada portuguesa Elisa Ferreira (S&D), visa garantir que os contribuintes não tenham de pagar pelo colapso dos bancos, mas sim os acionistas e credores. O regulamento aprovado em plenário no dia 15 de abril deste ano prevê a criação de um fundo de resolução único, financiado pelo setor bancário, e institui um Comité Único de Resolução, responsável por preparar e supervisionar a resolução dos bancos em colapso.

Os candidatos ao Comité Único de Resolução foram propostos pela Comissão Europeia, depois de passarem por um processo de seleção, no dia 5 de dezembro e têm ainda de ser aprovados pela comissão parlamentar dos Assuntos Económicos e Monetários, na segunda-feira à noite, e pelo Parlamento Europeu, na terça-feira. Esta semana, a comissão parlamentar realizou audições com os candidatos.

Se aprovados pelo Parlamento Europeu, o Conselho decidirá em seguida a sua nomeação por maioria qualificada.

O mandato do primeiro presidente do Comité Único de Resolução terá uma duração de três anos, renovável uma vez, por um período de cinco anos. O vice-presidente e os restantes membros terão um mandato de cinco anos, não renovável.

Votação: 16/12/2014

Mais informação

[Comunicado de imprensa - Parlamento Europeu aprova regras sobre resolução dos bancos e proteção dos contribuintes \(15/04/2014\)](#)

Debate sobre o Conselho Europeu de 18 e 19 de dezembro

Na quarta-feira, às 9 horas, os eurodeputados vão debater com a Comissão e o Conselho os assuntos na agenda da cimeira europeia de 18 e 19 de dezembro. O pacote de investimento de 315 mil milhões de euros apresentado por Jean-Claude Juncker, a política externa e as medidas tomadas pela UE para dar resposta à crise do Ébola vão ser alguns dos temas em análise. Esta será a primeira cimeira dos chefes de Estado e de governo a ser presidida por Donald Tusk, que iniciou funções no dia 1 de dezembro.

Debate: 17/12/2014

Mais informação

[Agenda provisória do Conselho Europeu de 18-19 de dezembro de 2014](#)

Eleição do Provedor de Justiça Europeu

Na terça-feira, os eurodeputados vão eleger o Provedor de Justiça Europeu, cuja função é investigar as queixas de cidadãos, empresas, ONG e outras organizações sobre casos de má administração nas instituições e órgãos da UE. A atual Provedora de Justiça, a irlandesa Emily O'Reilly, é a única candidata ao cargo. Em 2013, foram registadas 2.420 queixas e foram auxiliados 23.245 cidadãos.

Emily O'Reilly foi eleita pelo Parlamento Europeu em 3 de julho de 2013 para suceder ao grego Nikiforos Diamandouros, que se reformou. O'Reilly foi a primeira mulher a ocupar este cargo.

A votação realiza-se na terça-feira, 16 de dezembro, por escrutínio secreto. O mandato será até 2019.

Funções

O Provedor de Justiça Europeu, cargo instituído em 1995, investiga queixas de cidadãos, empresas, ONG, associações e outras organizações e procede a inquéritos sobre casos de má administração nas instituições, organismos, serviços e agências da UE.

A má administração abrange todos os tipos de comportamento administrativo deficiente ou incorreto, desde atrasos nos pagamentos de projetos da UE até à recusa injustificada em fornecer documentos ou informações solicitados.

As instalações do Provedor de Justiça Europeu situam-se nos edifícios do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

Eleição do Provedor de Justiça Europeu: 16/12/2014

Mais informação

[Website do Provedor de Justiça Europeu](#)

[Relatório Anual 2013 do Provedor de Justiça Europeu](#)

[Artigo 219 do Regimento do Parlamento Europeu: Eleição do Provedor de Justiça](#)

[Anexo X do Regimento do Parlamento Europeu: Exercício das funções do Provedor de Justiça](#)

Fundo de Solidariedade da UE

O Parlamento Europeu vai votar na quarta-feira um relatório do eurodeputado português José Manuel Fernandes que autoriza a mobilização de 79.726.440 euros do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) para ajudar as populações afetadas pelas inundações na Sérvia, na Croácia e na Bulgária em maio e junho deste ano. O FSUE permite à União apoiar financeiramente um Estado-Membro, um país candidato à adesão ou uma região em caso de catástrofes naturais de grandes proporções.

Quantias de ajuda por país

Catástrofe	Prejuízos diretos (milhões de EUR)	Limiar aplicável à catástrofe de grandes proporções (milhões de EUR)	Custo total das operações elegíveis (milhões de EUR)	2,5 % dos danos diretos abaixo do limiar (EUR)	6 % dos danos diretos acima do limiar (EUR)	Aplicação de um limite	Valor total da ajuda proposta (EUR)
Sérvia	1 105,622	174,649	381,967	4 366 225	55 858 380	Não	60 224 605
Croácia	297,629	254,229	108,799	6 355 725	2 604 000	Não	8 959 725
Bulgária	311,328	232,502	285,440	5 812 550	4 729 560	Não	10 542 110
TOTAL							79 726 440

Votação: 17/12/2014

Processo: orçamental

Relator: José Manuel Fernandes (PPE, PT)

Acordo de Associação UE - Geórgia

O Parlamento Europeu vai debater e votar o Acordo de Associação entre a UE e a Geórgia, que visa aprofundar as relações comerciais, económicas e políticas entre as partes e que segue o modelo dos acordos já celebrados com a Ucrânia e a Moldávia. A recomendação sobre a aprovação do acordo vai ser acompanhada por uma resolução da comissão parlamentar dos Assuntos Externos que solicita à Rússia que ponha termo à ocupação das regiões georgianas da Abcásia e de Tskhinvali/Ossétia do Sul.

O Acordo de Associação entre a UE e a Geórgia foi ratificado pelo parlamento georgiano em 18 de julho e é aplicado provisoriamente desde 1 de setembro deste ano.

Debate: 17/12/2014

Votação: 18/12/2014

Processo: aprovação

Relator: Andrejs Mamikins (S&D, LV)

Mais informação

[Recomendação sobre a celebração do Acordo de Associação UE - Geórgia](#)
[Resolução não legislativa sobre o Acordo de Associação UE - Geórgia](#)

Entrega do prémio de cinema Lux 2014

O presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, vai anunciar o vencedor do prémio de cinema Lux 2014 numa cerimónia que se realiza no hemisfério de Estrasburgo na quarta-feira, a partir das 11h50. Os três filmes finalistas são "O Inimigo da Classe", de Rok Biček (Eslovénia), "Raparigas", de Céline Sciamma (França), e "Ida", de Pawel Pawlikowski (Polónia/Dinamarca). O objetivo do prémio Lux é promover os filmes europeus que contribuam para fomentar a identidade e diversidade cultural europeias.

Os eurodeputados podem votar no seu filme preferido até terça-feira, 16 de dezembro.

A conferência de imprensa com os realizadores dos três filmes realiza-se na quarta-feira, às 15 horas.

Os jornalistas terão também a possibilidade de entrevistar os realizadores antes da cerimónia de entrega do prémio. Para marcar uma entrevista, pode contactar:

Eliana DRITSAS

Email: eliana.dritsas@europarl.europa.eu

Telemóvel: +32 498 98 35 76

Telefone Bruxelas: +32 2 28 31012

Telefone Estrasburgo: +33 3881 72051

Sobre os filmes

"O Inimigo da Classe" conta a história de um professor com uma forma de ensinar muito particular, fria e austera, com que os alunos não simpatizam.

"Raparigas" relata a história de Marieme que, sentindo-se oprimida pela família e colegas, decide começar uma nova vida inserindo-se num grupo de raparigas, nos arredores de Paris, em busca da liberdade.

"Ida" é um filme de época que se passa na Polónia comunista, em 1962, e retrata a vida de Anna, que está prestes a celebrar os votos religiosos, mas que, entretanto, descobre o seu passado e os muitos segredos que ele contém.

Sobre o prémio Lux

O prémio Lux foi criado em 2007 pelo Parlamento Europeu e é atribuído anualmente. O objetivo é promover os filmes produzidos na Europa que contribuam para fomentar a identidade e a diversidade cultural europeias.

O vencedor do ano passado foi o filme belga "The Broken Circle Breakdown".

Entrega do prémio Lux: 17/12/2014

Mais informação

[Website do prémio Lux](#)

[Material audiovisual](#)